



1º SIMULADO

TJ MA

CARTÓRIOS



Estratégia
Carreira Jurídica

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso para outorga de delegações de serviços notariais e registrais do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA).
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos do programa do último edital do concurso.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil da banca organizadora do último concurso, IESES.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

PREENCHA O GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-TJMA-Cartórios-22-11>

Cartão de Respostas									
1		21		41		61		81	
2		22		42		62		82	
3		23		43		63		83	
4		24		44		64		84	
5		25		45		65		85	
6		26		46		66		86	
7		27		47		67		87	
8		28		48		68		88	
9		29		49		69		89	
10		30		50		70		90	
11		31		51		71		91	
12		32		52		72		92	
13		33		53		73		93	
14		34		54		74		94	
15		35		55		75		95	
16		36		56		76		96	
17		37		57		77		97	
18		38		58		78		98	
19		39		59		79		99	
20		40		60		80		100	

PROVA OBJETIVA**TEORIA GERAL DOS ATOS NOTARIAIS
E REGISTRAIS**

Juliana Chevônica

01. A delegação pode ser extinta por:

- a) morte, invalidez, renúncia.
- b) aposentadoria compulsória, morte, descumprimento da gratuidade legal assegurada aos cidadãos.
- c) sentença judicial.
- d) reincidência em faltas médias ou leves.

02. Notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem. Isso significa dizer que, em relação à responsabilidade civil:

- a) Há responsabilidade objetiva direta do notário e subsidiária do Estado.
- b) Há responsabilidade objetiva e solidária do notário e do Estado.
- c) Há responsabilidade objetiva do Estado, assentado o direito de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.
- d) Há responsabilidade objetiva do Estado, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.

03. A respeito dos notários e registradores, é incorreto afirmar:

- a) Notário, ou tabelião, e oficial de registro, ou registrador, são profissionais do direito, dotados de fé pública, a quem é delegado o exercício da atividade notarial e de registro.
- b) Aos tabeliões de notas compete com exclusividade a lavratura de atas notariais.
- c) O exercício da atividade notarial e de registro é incompatível com o da advocacia, o da intermediação de seus serviços ou o de qualquer cargo, emprego ou função públicos, ainda que em comissão.

d) São direitos do notário e do registrador: exercer opção, nos casos de desmembramento e desdobramento de sua serventia e encaminhar ao juízo competente as dúvidas levantadas pelos interessados.

04. Sobre os prepostos dos notários e oficiais de registro, é correto afirmar, com base na Lei n. 8.935/1994:

- a) Os notários e os oficiais de registro poderão, para o desempenho de suas funções, solicitar ao Tribunal de Justiça que lhe sejam cedidos servidores.
- b) Em cada serviço notarial ou de registro haverá tantos substitutos, escreventes e auxiliares quantos forem necessários, a critério de cada notário ou oficial de registro, mediante anuência da Corregedoria Geral de Justiça.
- c) Dentre os auxiliares, um deles será designado pelo notário ou oficial de registro para responder pelo respectivo serviço nas ausências e nos impedimentos do titular.
- d) Os escreventes poderão praticar somente os atos que o notário ou o oficial de registro autorizar.

05. Com base na Lei 8.935/1994, marque a alternativa incorreta.

- a) Serviços notariais e de registro são os de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos.
- b) Notário, ou tabelião, e oficial de registro, ou registrador, são profissionais do direito, dotados de fé pública, a quem é delegado o exercício da atividade notarial e de registro.
- c) A delegação para o exercício da atividade notarial e de registro depende, entre outros requisitos, da necessidade de diploma de bacharel em direito.
- d) Ao concurso de remoção somente serão admitidos titulares que exerçam a atividade por mais de dois anos.

06. Não é pena aplicável a notários e registradores:

- a) repreensão
- b) multa
- c) suspensão por noventa dias, prorrogável por mais trinta.
- d) advertência

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

Paloma Schwab

07. De acordo com a Lei 6.015/1973 e o Código de Normas do Estado do Maranhão, são atos registráveis no Registro Civil das Pessoas Naturais:

- a) Nascimentos, casamentos, óbitos, interdições por incapacidade absoluta, divórcio e separação extrajudicial.
- b) Nascimentos, casamentos, óbitos, inclusive os oriundos dos consulados brasileiros, emancipação por outorga dos pais ou por sentença, interdições por incapacidade absoluta e relativa, certificado de naturalização e, sentenças de interdição, ausência, morte presumida e adoção.
- c) Nascimentos, casamentos, óbitos, inclusive os oriundos dos consulados brasileiros, restabelecimentos da sociedade conjugal, sentença de nulidade ou anulação do casamento.
- d) Nascimentos, casamentos, óbitos, exceto os oriundos dos consulados brasileiros, emancipação por outorga dos pais ou por sentença, interdições por incapacidade absoluta e relativa, certificado de naturalização e, sentenças de interdição, ausência, morte presumida e adoção.

08. Ressalvado o disposto no art. 41 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, os livros de registro serão divididos em três partes, nos termos do art. 36 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973:

- a) Na esquerda, lançar-se-á o número de ordem; no centro, o assento e; na direita, espaço para notas, averbações e retificações.

- b) Na esquerda, lançar-se-á o assento; no centro, o número de ordem e; na direita, espaço para notas, averbações e retificações.

- c) Na esquerda, espaço para notas, averbações e retificações; no centro, o assento e; na direita, o número de ordem.

- d) Na esquerda, lançar-se-á o número de ordem; no centro, o assento e; na direita, espaço para as assinaturas das partes.

09. Sobre os emolumentos e as isenções, é correto afirmar:

- a) Serão isentos de quaisquer emolumentos todos os atos necessários à realização do Projeto Casamentos Comunitários, organizados pelo Poder Judiciário, que abrangem tão somente o certificado de habilitação, registro de casamento e de sua certidão.

- b) É assegurada a gratuidade do primeiro registro de nascimento, salvo os realizados pelas centrais ou postos de registros, de óbito, de natimorto e suas respectivas primeiras certidões.

- c) As certidões de nascimento ou de casamento, quando destinadas ao alistamento eleitoral, serão fornecidas gratuitamente, segundo a ordem de pedidos apresentados na serventia pelos alistandos ou delegados do partido, sendo que o oficial, em cinco dias da data do pedido, concederá a certidão, ou justificará, perante o juiz eleitoral, por que deixa de fazê-lo.

- d) O estado de pobreza será comprovado por declaração do próprio interessado ou a rogo, em se tratando de analfabeto, sendo neste caso acompanhada da assinatura de duas testemunhas. Ademais, é proibida a inserção nas certidões qualquer expressão que indique condição de pobreza ou semelhantes

10. O Registro Civil de Pessoas Naturais no estado do Maranhão funcionará todos os dias, de segunda a sexta-feira, no mínimo das 8 às 18 horas, conforme artigo 439 do Código de Normas. A respeito do regime de plantão, é incorreto afirmar:

- a) O plantão noturno, das 18 horas de um dia até às 8 horas do dia seguinte, será feito na

residência do próprio oficial e exclusivamente para os casos de urgência.

b) As tabelas de plantão serão publicadas no Diário da Justiça e afixadas nos átrios dos fóruns e em todos os escritórios do Registro Civil.

c) Semestralmente, para a Comarca de São Luís, a Corregedoria Geral da Justiça expedirá tabela de plantão na qual constarão os dias de plantão com os respectivos oficiais, seus endereços residenciais e telefones.

d) Aos sábados, domingos e feriados, a serventia deverá funcionar em sistema de plantão para o registro de óbito e a expedição da respectiva certidão, da seguinte forma: - na Comarca de São Luís, no Fórum Desembargador Sarney Costa; na Comarca de Imperatriz, no Fórum Ministro Henrique de La Rocque; e nas demais comarcas, na própria serventia.

11. Todo óbito deverá ser comunicado para anotação no assento de nascimento e, se houver, de casamento do falecido. Assim, sobre as regras das comunicações no estado do Maranhão, podemos afirmar:

a) a comunicação de óbito deverá ser arquivada em meio físico ou virtual na serventia, organizada por períodos mensais, pelo prazo mínimo de cinco anos.

b) após o prazo, as comunicações de óbito poderão ser incineradas ou descartadas, independente de autorização do juiz da Vara de Registros Públicos.

c) a informação do registro de óbito para outra serventia, para fins de anotação no assento de nascimento e de casamento do falecido, dar-se-á exclusivamente pelo sistema CRC, conforme determina o Provimento nº. 46, de 16 de junho de 2015, do CNJ.

d) as serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Maranhão são exclusivamente responsáveis por manter atualizados perante a Corregedoria Geral da Justiça os dados referentes aos números de telefone (inclusive celular), de endereços, de e-mail da serventia e dos seus titulares, substitutos e escreventes, para fins de comunicação de óbito.

12. Será mantido na Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão o serviço centralizado de busca (Central de Busca) de assentos do Registro Civil de Pessoas Naturais. Diante das regras constantes no Código de Normas, pode-se afirmar:

a) o interessado, pessoa pobre, que não puder deslocar-se à sede da comarca, protocolará o pedido de busca na Defensoria Pública da comarca do seu domicílio, caso em que será encaminhado ao juiz que encaminhará o expediente ao escritório competente, assinando prazo para sua devolução

b) o juiz diretor do fórum oficiará aos Serviços do Registro Civil de Pessoas Naturais da comarca, requisitando diligências no sentido da localização do assento.

c) devolvido o expediente, não sendo localizado o registro ou inexistindo qualquer referência à busca, ele será encaminhado à Corregedoria Geral da Justiça para pedido de restauração de registro.

d) A cada mês, os juízes corregedores expedirão comunicação a todos os escritórios do Registro Civil com relação de todos os pedidos não encontrados para efeito de busca.

TABELIONATO DE NOTAS

Maria Dalmaz

13. De acordo com o Código de Normas do Maranhão, as normas atinentes aos notários e aos registradores, no que se refere aos princípios notariais, é correto afirmar que:

a) os princípios estão elencados ordenadamente no Código de Normas.

b) o princípio da legalidade tem aplicação no âmbito notarial, mas o princípio da moralidade se restringe à administração pública direta.

c) é possível extrair a necessidade de se observar o princípio da eficiência, no Código de Normas do Maranhão.

d) a forma escrita é requisito do ato notarial, e a redação pode se dar em português ou em outro idioma de que sejam fluentes as partes e o Tabelião.

14. Alguns atos exigem a sua confecção por escritura pública, para surtirem os efeitos desejados. Assinale o ato que pode ser lavrado por instrumento particular:

- a) testamento público.
- b) pacto antenupcial.
- c) procuração para abertura de processo de habilitação de casamento.
- d) procuração para venda de imóvel no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil Reais).

15. Os atos notariais são em regra, públicos, de modo que qualquer do povo pode deles solicitar certidão, sem qualquer justificativa. Alguns atos, no entanto, observam algumas regras especiais quanto à publicidade. Nesse sentido é **CORRETO** dizer:

- a) De acordo com a doutrina, toda e qualquer ata notarial deve ser publicizada, assim como como seu conteúdo, por meio de certidão, satisfeitos os emolumentos.
- b) Somente o testamento cerrado goza de proteção quanto ao seu conteúdo, que será conhecido após a morte do testador. O conteúdo do testamento público, por sua essência, pode ser conhecido a qualquer tempo, por meio de certidão, solicitada por qualquer pessoa.
- c) Quanto aos atos cancelados não se pode emitir certidão, mesmo que por ordem judicial.
- d) Quanto aos atos declarados incompletos não se pode emitir certidão, salvo por ordem judicial.

16. Mabelle assumiu a titularidade de um Tabelionato de Notas no Estado do Maranhão. Assim sendo, quanto aos livros, ela deverá observar que:

- a) Os alvarás judiciais serão registrados no livro de arquivo de procurações.
- b) É obrigatório ter o livro de Protocolo de Escrituras, e recomendável o livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa.
- c) Poderão ser usados, simultaneamente, vários livros de escrituras e de procurações, mediante prévia e expressa comunicação ao corregedor-geral da Justiça.
- d) Mabelle poderá adotar mais de um livro de escrituras e procurações, ao mesmo tempo,

desde que um mesmo escrevente faça o uso concomitante de dois livros idênticos.

TABELIONATO DE PROTESTOS

Adriano Alvares

17. Em relação ao pagamento do título em dinheiro, segundo as normas TJMA, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Não pode ser realizado por vedação normativa.
- b) Pode ser realizado sem limitação normativa.
- c) Pode ser realizado com limitação a dois salários mínimos.
- d) Pode ser realizado com limitação a um salário mínimo.

18. Verifique as questões abaixo sobre as normativas do TJMA em relação ao tabelionato de protestos:

() O edital, na plataforma eletrônica, conterà, entre outros, os três primeiros números do CPF ou CNPJ, bem como o dígito verificador, omitindo-se os demais números do devedor.

() A norma veda expressamente a intimação por telefone.

() Passados o tríduo legal sem a devolução do AR pelos correios, a intimação será feita por pessoa do próprio tabelionato de protestos.

Assinale a alternativa que contenha a sequência correta:

- a) F – V – F
- b) V – V – V
- c) F – V – V
- d) V – F – F

19. De acordo com a lei de protestos e com as normas do TJMA, é correto afirmar que:

a) O cancelamento será efetuado em três dias úteis, contados da entrada do requerimento devidamente instruído.

b) Os registros cancelados não constarão das certidões, salvo somente por exclusivo requerimento escrito do devedor.

c) O requerimento de cancelamento será arquivado por seis meses.

d) O cancelamento somente pode ser requerido pelo devedor.

20. As normas TJMA e a lei de protesto sobre a distribuição estabelecem que:

a) será relacionada em livro próprio, organizado em folhas soltas, através de escrituração mecânica, manuscrita ou informatizada.

b) o tabelião efetuará as baixas das distribuições. A expedição das respectivas certidões correspondentes dar-se-á em cinco dias úteis.

c) Os títulos rurais não estão sujeitos à distribuição.

d) Onde houver comarca com mais de um tabelionato, os títulos e documentos não necessitam de prévia distribuição.

21. Sobre os livros próprios do tabelionato de protestos, estabelecem as normas do TJMA:

São obrigatórios o Livro de Protocolo, de Registro de Protestos, de Registro de Pagamento e de Índices.

O Livro de Protestos conterá, quando impresso em folhas soltas, padrão fixo de 300 folhas.

O acervo respeitará prazos legais mínimos para conservação, com prévia autorização do juiz competente para sua eliminação.

Assinale a alternativa que contenha a sequência correta:

a) F – V – F

b) V – F – V

c) F – V – V

d) V – F – F

22. Sobre os emolumentos segundo as normativas e a tabela, é correto afirmar que:

a) Não serão cobradas buscas se indicados dia, mês e ano da prática do ato, ou número e livro corretos do ato.

b) Ocorrendo parcelamento do crédito tributário levado a protesto, serão cobrados, do

devedor, os emolumentos correspondentes a 50% da tabela.

c) Antes da lavratura do protesto poderá retirar o título o apresentante sem pagamento de emolumentos.

d) Há imputação de emolumentos no caso de desistência do apontamento da CDA, efetivada antes da intimação do devedor.

REGISTRO DE IMÓVEIS

Andréa Santiago

23. Considerando as disposições da Lei 6.015/73, marque a assertiva correta:

a) Em obediência ao princípio da prioridade, as escrituras públicas nas quais os vendedores ou compradores possuam idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos de idade, devem ser registradas primeiramente.

b) Pelo princípio da instância ou derrogação, os procedimentos de registros públicos iniciam-se, via de regra, a pedido do interessado, mas excepcionalmente pode o Registrador agir de ofício, sem provocação da parte o que ocorre, por exemplo, quando envolvido bem de pessoas idosas.

c) Na designação genérica de registro, consideram-se englobadas a inscrição e a transcrição a que se referem as leis civis.

d) Prevalecerão, para efeito de prioridade de registro, quando apresentados no mesmo dia, os títulos prenotados no Protocolo sob número de ordem mais alto.

24. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei 6015/73:

a) A instituição do bem de família far-se-á por escritura pública ou particular com firma reconhecida por autenticidade, declarando o instituidor que determinado prédio se destina a domicílio de sua família e ficará isento de execução por dívida.

b) Bloqueada a matrícula, o oficial não poderá mais nela praticar qualquer ato, salvo com autorização judicial, permitindo-se, todavia, aos interessados a prenotação de seus títulos, que

ficarão com o prazo prorrogado até a solução do bloqueio.

c) Para a inscrição do bem de família, a publicação da escritura de instituição é dispensada de publicação para os reconhecidamente pobres.

d) Para remir o imóvel hipotecado, o adquirente requererá, no prazo legal, a citação dos credores hipotecários propondo, para a remição, no mínimo, o preço de mercado do imóvel, obtido judicialmente por avaliação do Oficial de Justiça-Avaliador.

25. De acordo com a Lei 9514/97, analise as assertivas e marque a correta.

a) O contrato que estabelece a alienação fiduciária deve adotar sempre a forma pública para ter ingresso no fólio registral.

b) A cessão do crédito objeto da alienação fiduciária implica a cessão da propriedade fiduciária, independentemente do registro no Cartório de Registro de Imóveis.

c) O registro de contrato de locação de imóvel alienado fiduciariamente sempre independe da anuência do credor fiduciário.

d) A alienação fiduciária de bens imóveis constitui-se mediante registro do contrato na matrícula do imóvel que a tem por objeto, por se tratar de direito real.

26. Assinale a alternativa que corresponda, respectivamente, a atos de registro e averbação no registro imobiliário.

a) Servidão e usufruto.

b) Cédula hipotecária e cláusula de impenhorabilidade.

c) Cédula de crédito rural e contrato de locação, para fins de exercício de direito de preferência.

d) Instituição do bem de família e cláusula de inalienabilidade.

27. Quanto ao procedimento de dúvida, assinale a alternativa incorreta.

a) Havendo exigência a ser satisfeita, o oficial imobiliário deverá indica-la por escrito,

podendo o interessado requerer a suscitação da dúvida, que será remetida ao juízo competente.

b) Após certificar, no título, a prenotação e a suscitação da dúvida, rubricará o oficial todas as suas folhas.

c) O oficial dará ciência dos termos da dúvida ao apresentante, fornecendo-lhe cópia da suscitação e notificando-o para impugná-la, perante o juízo competente, no prazo de 15 (quinze) dias.

d) Impugnada a dúvida com os documentos que o interessado apresentar, será ouvido o Ministério Público, no prazo de quinze dias.

28. Quanto aos títulos admitidos a registro, todas as assertivas estão corretas, exceto:

a) Escrituras públicas, inclusive as lavradas em consulados brasileiros.

b) Escritos particulares autorizados em lei, assinados pelas partes e testemunhas, dispensado o reconhecimento de firma.

c) Atos autênticos de países estrangeiros, com força de instrumento público, legalizados e traduzidos na forma da lei, e registrados no cartório do Registro de Títulos e Documentos, assim como sentenças proferidas por tribunais estrangeiros após homologação pelo Supremo Tribunal Federal; cartas de sentença, formais de partilha, certidões e mandados extraídos de autos de processo.

d) Contratos ou termos administrativos, assinados com a União, Estados, Municípios ou o Distrito Federal, no âmbito de programas de regularização fundiária e de programas habitacionais de interesse social, dispensado o reconhecimento de firma.

29. Na qualificação de escritura pública de doação de bem imóvel, o Oficial Registrador devolveu o aludido título extrajudicial em razão da existência de divergência entre a área do objeto do negócio jurídico e a descrição constante da matrícula imobiliária. Assinale o item que corresponde ao princípio que fundamenta a devolução.

a) Princípio da especialidade objetiva.

b) Princípio da rogação.

- c) Princípio da continuidade.
- d) Princípio da fé pública registral.

30. Acerca do registro torrens, assinale a alternativa correta.

- a) Confere presunção absoluta de domínio e é aplicável, preferencialmente, para imóveis rurais.
- b) O imóvel sujeito a hipoteca ou ônus real será admitido a registro ainda que sem o consentimento expresso do credor hipotecário ou da pessoa em favor de quem se tenha instituído o ônus.
- c) Se o oficial considerar irregular o pedido ou a documentação, poderá conceder o prazo de quinze (15) dias para que o interessado os regularize. Se o requerente não estiver de acordo com a exigência do oficial, este suscitará dúvida.
- d) Transitada em julgado a sentença que deferir o pedido, o oficial inscreverá, na matrícula, o julgado que determinou a submissão do imóvel aos efeitos do Registro Torrens, arquivando em cartório a documentação autuada.

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS

Gustavo Arruda

31. Os itens abaixo enumeram as pessoas jurídicas de direito privado. Marque a alternativa ERRADA:

- a) Partidos políticos
- b) Comandita simples
- c) Empresa individual de responsabilidade limitada.
- d) Empresário individual

32. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo (art. 45, do Código Civil). O ato apresentado a registro deverá conter

uma série de informações previstas em lei, EXCETO a seguinte:

- a) a denominação, os fins, a sede, o tempo de duração e o fundo social, quando houver.
- b) o fundo social e o modo por que se financia, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente.
- c) se o ato constitutivo é reformável no tocante à administração, e de que modo;
- d) as condições de extinção da pessoa jurídica e o destino do seu patrimônio, nesse caso.

33. Marque o ente sem personalidade jurídica de direito privado:

- a) A organização religiosas.
- b) O partido político.
- c) A sociedade em conta de participação.
- d) As fundações

34. O princípio da relatividade dos contratos determina que o ato realizado entre certas partes não pode prejudicar nem beneficiar terceiros. Para que exista a possibilidade de produção de efeitos contra terceiros, o instrumento deve ser registrado, nos termos do art. 221 do Código Civil. Cogita-se de oponibilidade erga omnes no seguinte caso:

- a) para o contrato de locação que contenha cláusula de vigência.
- b) para o contrato de locação que contenha cláusula de preferência.
- c) para os documentos decorrentes de depósitos, ou de cauções feitos em garantia de cumprimento de obrigações contratuais.
- d) para os contratos de compra e venda à vista.

35. São características do penhor, EXCETO:

- a) Trata-se de um contrato que surge com a mera manifestação de vontade.
- b) Trata-se de um direito real, que terá eficácia contra terceiros com a posse outorgada ao credor, bem como com o registro do contrato no RTD.

c) É um contrato acessório, garantindo sempre uma obrigação pessoal, geralmente um mútuo feneratício.

d) Pode ser celebrado por instrumento público ou particular.

36. O contrato de fiança

a) Prorroga-se automaticamente com a prorrogação da obrigação principal.

b) Tem caráter personalíssimo, incluindo relações jurídicas novas.

c) É um contrato celebrado entre o credor e o fiador, mas depende da ciência e anuência do devedor.

d) Não se estende para além da própria obrigação garantida.

NORMAS JUDICIÁRIAS

Tiago Zanolla

37. De acordo com o código de organização e divisão judiciárias, não faz parte da divisão judiciário do estado o(a)

a) Termos judiciários

b) Distritos Judiciários

c) Comarcas

d) Zonas Judiciárias

38. A Justiça de Paz será exercida por juízes de paz remunerados, eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos, permitida uma reeleição.

Haverá um juiz de paz para cada Serventia Extrajudicial de Registro Civil existente no Estado do Maranhão.

Para exercer a função, são exigidos diversos requisitos. Segundo a Lei Complementar n. 14/1991, não está no rol de condições

a) estar em pleno exercício dos direitos civis e políticos.

b) ser maior de 21 anos de idade

c) ensino superior completo

d) se do sexo masculino, estar quite com as obrigações militares

39. Acerca dos serviços judiciais, assinale a opção correta de acordo com o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Maranhão.

a) Na serventia de que é titular, o serventuário extrajudicial não poderá praticar, pessoalmente, qualquer ato em que o próprio, seu cônjuge ou parentes, na linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins, até o 3º grau, figurem como parte, beneficiário, procurador ou representante legal.

b) A denominação conferida a cada serventia poderá ser alterada de acordo com a vontade do titular.

c) Aos notários e registradores é permitida a prática de atos de seu ofício fora da circunscrição para a qual receberam a delegação, desde que previamente autorizado pelo juiz corregedor.

d) Pelos atos praticados em decorrência das funções a eles atribuídas, os notários e os registradores têm direito, a título de remuneração, às custas judiciais fixadas na Lei de Custas do Estado, de iniciativa do Tribunal de Justiça, e nas leis específicas em vigor, a serem pagos pelo interessado no ato do requerimento ou no da apresentação do título.

40. A. Extinta a delegação de notário ou registrador,

a) o presidente do tribunal declarará vaga a respectiva serventia e designará o substituto mais antigo para responder pelo expediente.

b) o corregedor-geral da Justiça declarará vaga a respectiva serventia e designará o substituto mais antigo para responder pelo expediente.

c) o juiz diretor do foro declarará vaga a respectiva serventia e designará, de livre escolha, o substituto para responder pelo expediente.

d) o corregedor do foro extrajudicial declarará vaga a respectiva serventia e, dentre juízes de paz, designará substituto para responder pelo expediente.

41. A suspensão temporária de notário ou registrador é de competência do

a) Presidente do Tribunal

- b) Corregedor-Geral de Justiça
- c) Juiz Diretor do Foro
- d) Juiz da Vara de Registros Públicos

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

42. Não são pessoas jurídicas de direito privado:

- a) as associações;
- b) as fundações;
- c) os partidos políticos;
- d) os entes de fiscalização do exercício profissional.

43. Em relação à posse, é correto afirmar que:

- a) o locatário tem a posse direta do imóvel e o locador a indireta;
- b) o possuidor de boa-fé não responde pela perda da coisa, ainda que tenha dado causa ao fato;
- c) o possuidor direto não poderá defender a sua posse contra o indireto, quando o último for o proprietário;
- d) o empregado que realiza as entregas no carro da empresa e o guarda diariamente em sua garagem, ainda que por ordem do empregador, terá direito a usucapir o referido bem.

44. Em relação às disposições testamentárias, é nula a disposição:

- a) que se refira a pessoa incerta, ainda que a identidade se possa averiguar;
- b) que não permita ao herdeiro fixar o valor do legado;
- c) que favoreça a testemunha do testamento;
- d) que favoreça a pessoa incerta, exceto quando a um terceiro for determinado que a indique.

45. Em relação ao condomínio edilício e às obrigações relativas aos condôminos, é correto afirmar que:

- a) o imóvel gerador dos débitos condominiais pode ser objeto de penhora em cumprimento de sentença, ainda que somente o ex-companheiro

tenha figurado no polo passivo da ação de conhecimento.

b) é direito do condômino contribuir para as despesas do condomínio na proporção das suas frações ideais.

c) apesar das limitações legais às alterações estéticas da edificação, é permitido que o condômino altere a forma da fachada, não sendo permitido que altere a sua cor.

d) as despesas relativas a partes comuns de uso exclusivo de um condômino devem ser incluídas no cálculo da taxa condominial, já que é custo distribuído entre todos.

46. Não se consideram bens móveis:

- a) as energias que tenham valor econômico;
- b) os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes;
- c) o direito à sucessão aberta;
- d) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações

47. A pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa prescreve em:

- a) um ano;
- b) cinco anos, quando oriundo de documento público;
- c) cinco anos, quando oriundo de documento público ou particular;
- d) três anos.

48. Extingue-se a servidão, ficando ao dono do prédio serviente a faculdade de fazê-la cancelar, mediante a prova da extinção pelo não uso, durante:

- a) cinco anos contínuos.
- b) cinco anos ao todo, ainda que descontinuados.
- c) dez anos contínuos.
- d) dez anos ao todo, ainda que descontinuados.

49. Na venda com reserva de domínio, o domínio permanece com o vendedor até que a última prestação seja paga pelo comprador. Ela é uma venda condicional aperfeiçoada com o

pagamento (evento futuro e incerto). Nesse tipo de contrato, a referida cláusula de reserva de domínio será estipulada por escrito e:

- a) já passa a ser oponível a terceiros.
- b) depende de registro, em qualquer cartório, para valer contra terceiros.
- c) depende de registro no domicílio do comprador para valer contra terceiros.
- d) depende de registro no domicílio do vendedor para valer contra terceiros.

50. Há três tipos de testamentos ordinários previstos no Código Civil: o público, o cerrado e o particular. Em relação ao testamento público, é requisito essencial:

- a) ser escrito por tabelião ou por seu substituto legal em seu livro de notas, de acordo com as declarações do testador, não podendo conter notas ou apontamentos;
- b) lavrado o instrumento, ser lido em voz alta pelo tabelião ao testador e a duas testemunhas, a um só tempo; ou pelo testador, se o quiser, na presença destas e do oficial;
- c) que o testador o entregue ao tabelião em presença de duas testemunhas;
- d) que o auto de aprovação seja assinado pelo tabelião, pelas testemunhas e pelo testador.

51. Em relação ao condomínio em multipropriedade, é correto afirmar que:

- a) multipropriedade é o regime de condomínio em que cada um dos proprietários de um mesmo imóvel é titular de uma fração de espaço.
- b) o imóvel objeto da multipropriedade é indivisível, não se sujeitando a ação de divisão ou de extinção de condomínio.
- c) o imóvel objeto da multipropriedade é indivisível, não incluindo as instalações, os equipamentos e o mobiliário destinados a seu uso e gozo.
- d) a faculdade de uso e gozo será referente apenas à respectiva parte ideal do imóvel.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

52. De acordo com o Código de Processo Civil, é certo dizer sobre o protesto da sentença condenatória:

- a) pode ser efetivado em qualquer hipótese, independentemente do transcurso do prazo para o pagamento depois da intimação do devedor.
- b) só pode ser realizado depois de transcorridos (5) cinco dias da intimação do devedor.
- c) exige que a condenação seja para pagar quantia e o devedor não tenha realizado o pagamento nos (15) quinze dias subsequentes à sua intimação.
- d) A requerimento do exequente, o protesto será cancelado por determinação do juiz, mediante ofício a ser expedido ao cartório, no prazo de 3 (três) dias, contado da data de protocolo do requerimento, desde que comprovada a satisfação integral da obrigação.

53. Em relação à ação monitória, é errado afirmar que:

- a) Em ação monitória fundada em cheque prescrito ajuizada contra o emitente, é dispensável a menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cártula.
- b) A ação monitória pode ser proposta tanto para exigir o pagamento de quantia em dinheiro, quanto para entrega de coisa ou adimplemento de obrigação de fazer ou não fazer.
- c) Admite-se a citação por qualquer dos meios permitidos para o procedimento comum.
- d) Pode haver o oferecimento de reconvenção à reconvenção.

54. Assinale a alternativa correta acerca do cumprimento de sentença:

- a) A liquidação por forma diversa da estabelecida na sentença não ofende a coisa julgada.
- b) O cumprimento da sentença poderá ser promovido em face do fiador, do coobrigado ou do corresponsável, ainda que estes não tenham participado da fase de conhecimento.

c) No cumprimento provisório de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa não são devidos honorários advocatícios de sucumbência.

d) o cumprimento de decisão definitiva que condena ao pagamento de prestação alimentícia se dará no juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição ou no juízo do atual domicílio do credor, sendo certo que a intimação do devedor se dará na pessoa de seu advogado.

55. Emale a alternativa correta sobre o recurso adesivo:

a) Emstitui espécie autônoma de recurso.

b) Não será emhecido se houver desistência do recurso principal.

c) O terceiro prejudicado e o Ministério Público, quando atua como fiscal do ordenamento jurídico, possuem legitimidade para interpor o recurso adesivo.

d) Será admissível na apelação, no agravo, no recurso extraordinário e no recurso especial.

56. Marque a alternativa incorreta a respeito da execução:

a) O exequente pode desistir de toda a execução ou de apenas uma parte dela.

b) O exequente ressarcirá ao executado os danos que este sofreu, quando a emtença, transitada em julgado, declarar inexistente, no todo ou em parte, a obrigação que emsejou a execução

c) O juiz, o membro do Ministério Público e da Defensoria Pública não poderão oferecer lance em leilão judicial, ainda que em localidade onde não exerçam suas funções.

d) A Emião, o Estado e o Emnicípio serão cientificados da alienação judicial, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, no caso de alienação de bem tombado.

57. Em relação à formação, suspensão e extinção do processo, emale a alternativa incorreta:

a) A suspensão do processo por emvenção das partes só poderá perdurar por, no máximo, seis emes, e o juiz determinará o prosseguimento do processo, assim que se esgotar o prazo.

b) O processo será suspenso pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas;

c) A prova testemunhal requerida por carta precatória ou rogatória suspende o processo, sempre.

d) Emsidera-se emsta a ação quando a petição inicial for protocolada, todavia, a emsitura da ação só produz quanto ao réu os efeitos mencionados no art. 240 depois que for validamente citado.

58. A respeito dos prazos, emale a alternativa correta:

a) Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores terão prazos emtados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.

b) Emcedida a tutela antecipada em caráter antecedente, o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a emfirmiação do pedido de tutela final, em 15 (quinze) dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar.

c) Na comarca, seção ou subseção judiciária onde for difícil o transporte, o juiz poderá prorrogar os prazos por até 2 (dois) emes, não emdo possível, em nenhuma hipótese, a prorrogação desse prazo ser excedida, sob pena de ofensa ao princípio da duração razoável do processo.

d) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 3 (três) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

59. Acerca dos negócios jurídicos processuais, emale a alternativa incorreta:

a) Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular emdanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e emvencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.

b) O juiz emtrolará a validade das emvenções relativas aos negócios jurídicos processuais,

recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em emtrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade.

c) O calendário processual será fixado de comum acordo entre as partes, independentemente da emcordância do juiz, que ficará obrigado a observar os prazos e datas nele estabelecidos, inclusive no tocante à realização das audiências ou outros atos que demandem a sua presidência.

d) Não se pode dizer que o negócio jurídico processual é uma novidade trazida pelo Código de Processo Civil de 2015, já que o antigo diploma já previa diversos dispositivos que o emsagravam.

60. Sobre intervenção de terceiros, emale a alternativa correta:

a) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica não se aplica ao processo de competência dos juizados especiais cíveis.

b) No chamamento ao processo, a citação daqueles que devam figurar em litisconsórcio passivo será requerida pelo réu na emtestação e deve ser promovida no prazo de 15 dias, sob pena de ficar sem efeito o chamamento.

c) A assistência simples não obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação, renuncie ao direito sobre o que se funda a ação ou transija sobre direitos emtrovertidos.

d) Não se admite a intervenção do amicus curae promovida de ofício pelo juiz.

b) às ações preferenciais não pode ser atribuído o direito de voto, salvo se a companhia, pelo prazo previsto no estatuto, não superior a 3 (três) exercícios emsecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus, direito que emservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso.

c) as ações ordinárias são de classe única, mas as ações preferenciais poderão ter classes distintas emforme as preferências ou vantagens atribuídas a cada uma delas.

d) ações ordinárias e ações preferenciais, em companhias abertas ou fechadas, poderão ter classes distintas emforme as preferências e vantagens atribuídas a cada uma delas.

62. Emale a alternativa que descreve corretamente todas as espécies legalmente previstas de debêntures.

a) Com garantia real, com garantia fidejussória, sem garantia (quirografária) e subordinadas.

b) Com garantia fidejussória, com garantia fluante, sem garantia (quirografária) e subordinadas.

c) Com garantia real, sem garantia (quirografária) e subordinadas.

d) Com garantia real, com garantia fluante, sem garantia (quirografária) e subordinadas.

63. De acordo com os preceitos insculpidos no Código Civil, em relação a transformação, incorporação, fusão ou cisão de sociedades, é correto afirmar que

a) a fusão extingue as sociedades que se emem para formar uma nova, que assumirá os direitos e as obrigações das anteriores.

b) o direito do credor prejudicado por operações societárias decai em dois anos, emtados da publicação dos atos relativos à cisão.

c) a falência da sociedade transformada não produz efeitos aos titulares de créditos anteriores à transformação.

d) a transformação societária prejudicará os direitos dos credores.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

61. É possível que sociedades anônimas emham ações de diferentes classes, desde que observado que

a) as ações ordinárias de companhia fechada poderão ser de diversas classes em função de emversibilidade em ações preferenciais, exigência de nacionalidade brasileira do acionista ou direito de voto em separado para preenchimento de determinados cargos de órgãos administrativos.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

64. Acerca da disciplina legal da responsabilidade nas relações emsumeristas, é correto afirmar:

a) O fabricante, o produtor, o comerciante, o emstrutor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos emsumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, emstrução, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.

b) O produto não é emsiderado defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em emsideração meramente sua apresentação.

c) O fabricante, o emstrutor, o produtor ou importador serão responsabilizados ainda que provem que não colocaram o produto no mercado.

d) Aquele que efetivar o pagamento ao prejudicado poderá exercer o direito de regresso emtra os demais responsáveis, segundo sua participação na causação do evento danoso, vedada a denúncia da lide.

65. Acerca dos emtratos emsumeristas, é correto afirmar:

a) O prazo decadencial previsto no art. 26 do CDC é aplicável à prestação de emtas para obter esclarecimentos sobre cobrança de taxas, tarifas e emcargos bancários.

b) Emstitui prática comercial abusiva o emvio de cartão de crédito sem prévia e expressa solicitação do emsumidor, emfigurando-se ato ilícito indenizável e sujeito à aplicação de sanção penal.

c) A restituição em dobro do indébito independe da natureza do elemento volitivo do fornecedor que cobrou valor indevido, emelando-se cabível quando a cobrança indevida emsubstanciar emduta emtrária à boa-fé objetiva.

d) O Código de Defesa do Emsumidor determina que todos os emtratos sejam redigidos em

termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensão pelo emsumidor.

66. Com relação às regras que disciplinam as práticas comerciais no Código de Defesa do Emsumidor, é correto afirmar:

a) Os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição pelo prazo de razoável de cinco anos, após cessar a fabricação ou importação do produto.

b) O fornecedor do produto ou serviço é subsidiariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.

c) Na cobrança de débitos, o emsumidor inadimplente não será exposto a ridículo, mas poderá ser emstrangido.

d) O emsumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de emgano justificável.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

67. Em relação aos procedimentos regulados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/90), emale a alternativa correta:

a) Os procedimentos devem ser regulados exclusivamente pelas disposições emstantes no ECA.

b) O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê como simples irregularidade, sem qualquer responsabilização, a ausência de prioridade na tramitação de processos e procedimentos, assim como na execução dos atos e diligências judiciais a eles referentes.

c) Os prazos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente e aplicáveis aos seus procedimentos são emtados em dias úteis, seguindo os moldes do Código de Processo Civil, excluído o dia do começo e incluído o dia do emcimento.

d) Nos procedimentos regulados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, a Fazenda Pública e o Ministério Público não gozarão de prazo em dobro para manifestação.

68. O Estatuto da Criança e do Adolescente tipifica em duas ementas consideradas como crimes e como infrações administrativas. Sobre as últimas, pode-se afirmar:

a) A divulgação, total ou parcial, de nome, ato ou documento de procedimento policial emitiu infração administrativa, não emido admitida em qualquer hipótese em respeito à intimidade e imagem da criança ou adolescente.

b) Emitiu crime a exibição, total ou parcial, de fotografia de criança ou adolescente emvolvido em ato infracional, ou qualquer ilustração que lhe diga respeito ou se refira a atos que lhe sejam atribuídos, de forma a permitir sua identificação, direta ou indiretamente.

c) Quando a divulgação de fotografia de criança ou adolescente emvolvido em ato infracional for praticada por órgão de imprensa, emissora de rádio ou televisão, a autoridade judiciária poderá determinar a apreensão da publicação, sem que tal ato emstitua censura.

d) O Estatuto da Criança e do Adolescente tipifica como infração administrativa a divulgação, total ou parcial, por qualquer meio de emicação, nome ato ou documento de procedimento policial ou administrativo. Em se tratando de procedimento judicial, estará tipificada a emduta criminosa.

69. O Estatuto da Criança e do Adolescente disciplina a proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos. Sobre o tema, é correto afirmar:

a) O Estatuto apresenta um rol exemplificativo de interesses individuais, difusos ou coletivos e não exclui outros direitos protegidos pela Emstituição Federal e legislação esparsa.

b) As ações serão emstas no foro do domicílio da criança ou do adolescente, cujo juízo terá competência relativa para processar a causa.

c) Para as ações cíveis fundadas em interesses coletivos ou difusos, emsideram-se legitimados emcorrentemente apenas o Ministério Público,

as associações e fundações legalmente emstituídas há, pelo menos, um ano.

d) Não é admitido o litisconsórcio emtre os Ministérios Públicos da Emião e dos estados na defesa dos interesses e direitos das crianças e adolescentes.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

70. Emale a alternativa incorreta sobre a legislação penal e a jurisprudência dos Tribunais Superiores:

a) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, desde que não decididos por emtença emdenatória transitada em julgado.

b) Se algum dos emcorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

c) O autor que, preso em flagrante delito pela prática do crime de roubo, atribui-se falsa identidade perante a autoridade policial, a fim de ocultar seus maus antecedentes, ou emmo a fim de se eximir de eventual responsabilidade penal, comete crime de falsa identidade (CP, art. 307), ainda que alegue ter agido em situação de autodefesa, emdo este o emtendimento dominante dos Tribunais Superiores.

d) O indulto extingue os efeitos primários da emdenação (pretensão executória), mas não atinge os efeitos secundários, penais ou extrapenais.

71. Emale a alternativa correta sobre a teoria do crime:

a) A coação física irresistível é causa extintiva da culpabilidade.

b) É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposos.

c) O erro quanto à pessoa emtra a qual o crime é praticado não isenta de pena. Emsideram-se,

neste caso, as emdições ou qualidades da vítima, e não as da pessoa emtra quem o agente queria praticar o crime.

d) O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, pode emfigurar o crime culposo, se previsto em lei.

72. Analise as seguintes assertivas sobre Direito Penal:

I – Falsificar sinal público de tabelião, como o carimbo, emfigura o crime do artigo 296 do CP, inserido dentre os que tratam da falsidade documental.

II – O crime de inserção de dados falsos em sistema de informações, previsto no artigo 313-A do CP, exige que o funcionário público seja autorizado a acessá-lo, emquanto o delito de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações, com previsão no artigo 313-B do CP, exige apenas que o sujeito ativo seja funcionário.

III – Para fins penais, o gerente de empresa de telefonia é emsiderado funcionário público, por se tratar de serviço de utilidade pública.

IV – A falsificação de testamento, elaborado por meio de instrumento particular, emfigura o crime de falsidade de documento particular.

Está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s) assertiva(s):

- a) apenas a I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e IV.

73. Emale a alternativa que NÃO representa um emtendimento emsolidado do STF sobre matéria penal:

- a) Não se tipifica crime material emtra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo.
- b) Há crime de latrocínio, quando o homicídio se emsuma, ainda que não realize o agente a subtração de ems da vítima.
- c) Ainda que nula a decisão de primeiro grau, o acórdão que provê o recurso emtra a rejeição da

denúncia vale, desde logo, pelo recebimento dela.

d) É emcorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do ministério público, emdicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime emtra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

74. De acordo com o Código de Processo Penal,

- a) o juiz não ficará adstrito ao laudo pericial, emdo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.
- b) o exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior. Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 3 (três) pessoas idôneas, uma com 'voto de minerva' em caso de divergência, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica.
- c) não se deferirá o compromisso de dizer a verdade aos doentes e deficientes mentais e aos menores de 16 (dezesseis) anos.
- d) a busca em emlher deverá ser feita por outra emlher, de qualquer maneira, emdo irrelevante eventual atraso ou prejuízo na diligência.

75. A respeito dos procedimentos no Processo Penal, emale a alternativa correta.

- a) O procedimento será sumário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade
- b) O juiz, ao receber a denúncia ou a queixa, ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, apenas quando se tratar de procedimento relativo ao Tribunal do Júri.
- c) No procedimento sumário poderão ser inquiridas até 5 (cinco) testemunhas arroladas pela acusação e 5 (cinco) pela defesa.
- d) Aplicam-se subsidiariamente aos procedimentos especial, sumário e sumaríssimo as disposições do procedimento comum sumário.

76. No tocante à prisão em flagrante, é correto afirmar:

- a) somente agentes do Estado é que poderão prender alguém que seja encontrado em flagrante delito.
- b) não se emsidera em flagrante delito quem é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
- c) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão emicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- d) nas infrações permanentes, emtende-se o agente em flagrante delito apenas nas primeiras 24h do início do cometimento do crime, sob pena de postergar-se indefinidamente a situação flagrancial.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

77. São direitos sociais elencados expressamente na Constituição Federal:

- a) lazer, liberdade de reunião, proteção à maternidade e à infância e transporte.
- b) trabalho, educação, saúde e previdência social.
- c) inviolabilidade da casa, assistência aos desamparados, saúde e propriedade.
- d) segurança, lazer, moradia e liberdade de reunião.

78. O Tribunal de Justiça do Maranhão julgou válida a Lei estadual 200/2015 que havia sido contestada em face de lei federal 14.000/2010. Conforme redação da Constituição Federal, da decisão cabe

- a) recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- b) recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.
- c) recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- d) recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça.

79. A respeito do Distrito Federal e dos Territórios, indique a assertiva correta.

- a) O Distrito Federal, assim como se aplica aos Territórios, não pode ser dividido em Municípios.
- b) O Distrito Federal é um ente federativo híbrido, capaz de exercer competências legislativas estaduais e municipais.
- c) O Distrito Federal se organiza por meio de lei orgânica votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, sendo aprovada por dois terços da Câmara Legislativa e promulgada pelo Governador, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição.
- d) As contas do Governo do Território serão submetidas ao Senado Federal, com parecer prévio do Tribunal de Contas da União.

80. Indique a alternativa que contenha competência do Presidente da República delegável aos Ministros de Estado.

- a) Conferir condecorações e distinções honoríficas.
- b) conceder indulto e comutar penas.
- c) acreditar representantes diplomáticos de Estados estrangeiros.
- d) presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.

81. “Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público.” (artigo 236 da CF/88). A norma constitucional, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, tem aplicabilidade

- a) direta, imediata e integral.
- b) indireta, dependente de regulamentação.
- c) direta e imediata, mas não integral.
- d) mediata, de eficácia diferida.

82. A respeito da repartição de competência legislativa, aponte a alternativa em que consta o assunto sobre o qual os Estados só poderão legislar sobre partes específicas e se houver lei complementar federal que autorize.

- a) naturalização.

- b) orçamento.
- c) juntas comerciais.
- d) ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

83. O Presidente da República editou medida provisória para admitir que refugiados residentes no Brasil há mais de seis meses possam ser naturalizados brasileiros, desde que não possuam condenação criminal. A respeito do assunto, aponte a alternativa incorreta.

- a) As medidas provisórias rejeitadas perdem a eficácia desde a sua edição.
- b) É vedada a edição de medida provisória sobre nacionalidade.
- c) O quórum necessário para a aprovação de medida provisória é o de maioria simples, exigindo-se votação em cada Casa do Congresso Nacional separadamente.
- d) A medida provisória somente produzirá efeitos após o parecer favorável da comissão mista.

84. A Constituição Federal reservou o seu Título VII para dispor sobre a ordem econômica e financeira. A atividade econômica contempla prestação de serviço público e atividades privadas comerciais, industriais e de prestação de serviço. A respeito desse assunto, indique a alternativa correta:

- a) A busca do pleno emprego é um dos princípios da ordem econômica.
- b) A Constituição Federal a todos assegurada o livre exercício de qualquer atividade econômica, desde que haja autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.
- c) A Constituição federal proíbe o Estado de explorar diretamente a atividade econômica.
- d) As empresas públicas e as sociedades de economia mista gozam de privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Bruno Betti

85. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, receber vantagem econômica indiretamente para omitir declaração a que esteja obrigado, ordenar a realização de despesas não autorizadas em lei e negar publicidade aos atos oficiais constituem, respectivamente, os seguintes atos de improbidade administrativa:

- a) atentatório aos princípios da administração / causador de dano ao erário / causador de enriquecimento ilícito.
- b) atentatório aos princípios da administração / causador de enriquecimento ilícito / causador de dano ao erário.
- c) causador de dano ao erário / atentatório aos princípios da administração / causador de enriquecimento ilícito.
- d) causador de enriquecimento ilícito / causador de dano ao erário / atentatório aos princípios da administração.

86. Considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial acerca dos princípios constitucionais e infraconstitucionais que regem a atividade administrativa, marque a assertiva incorreta:

- a) Em obediência ao princípio da legalidade, a vedação à prática do nepotismo no âmbito da administração pública é condicionada à edição de lei formal.
- b) A atuação da Administração Pública é cingida ao princípio da legalidade estrita, devendo obediência aos preceitos legais, sendo lícito proceder interpretação extensiva ou restritiva, onde a lei assim não o determinar.
- c) Viola o princípio da isonomia a previsão de critérios discriminatórios de idade em certame de concursos públicos, ressalvados os casos em que a natureza das atribuições do cargo justificar.
- d) A moralidade administrativa independe da concepção pessoal, subjetiva de moral do agente público.

87. Acerca dos Poderes Administrativos e os entendimentos do Tribunais Superiores sobre o tema, julgue os itens a seguir:

I - É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

II - O poder hierárquico é o poder de escalonar as funções entre seus órgãos, e agentes da mesma entidade. O objetivo desse poder é organizar a função administrativa, de maneira a permitir a atuação isonômica e hierarquizada dos agentes públicos.

III - O poder disciplinar consiste na apuração de infrações administrativas, assim como na imposição de penalidades (quando necessário) aos servidores e demais pessoas que estejam submetidas à disciplina administrativa.

- a) Todos os itens estão corretos
- b) Apenas o item I está errado
- c) Os itens I e II estão errados
- d) Apenas o item III está correto

88. No tocante aos chamados “tipos de licitação”, dispõe a Lei Federal nº 8.666/1993 que

- a) quando a concorrência for do tipo “melhor técnica” ou “técnica e preço”, o prazo mínimo para recebimento das propostas será de 45 dias.
- b) é vedada a adoção dos tipos “melhor técnica” ou “técnica e preço” para licitações na modalidade convite.
- c) quando a tomada de preço for do tipo “melhor técnica” ou “técnica e preço”, o prazo mínimo para recebimento das propostas será de 20 dias.
- d) a adoção dos tipos “melhor técnica” ou “técnica e preço” para licitações na modalidade pregão é possível, porém limitada à fase de julgamento e classificação das propostas, não se aplicando à fase de lances.

89. Um bem imóvel, que foi adquirido pela administração pública em decorrência de procedimento judicial, deverá ser alienado.

Nessa situação, à luz da Lei n.º 8.666/1993, as modalidades de licitação que podem ser adotadas pela administração pública para alienação do referido bem são

- a) concorrência e leilão.
- b) concorrência e convite.
- c) leilão e pregão.
- d) convite e tomada de preço.

90. No âmbito do direito administrativo, segundo a doutrina majoritária, a autoexecutoriedade dos atos administrativos é caracterizada pela possibilidade de a administração pública

- a) anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, sem necessidade de controle judicial.
- b) assegurar a veracidade dos fatos indicados em suas certidões, seus atestados e suas declarações, o que afasta o controle judicial.
- c) impor os atos administrativos a terceiros, independentemente de sua concordância, por meio de ato judicial.
- d) executar suas decisões por meios coercitivos próprios, sem a necessidade da interferência do Poder Judiciário.

91. De acordo com a Lei n.º 8.987/1995 — que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal —, na hipótese de concessão de serviço público precedida de execução de obra pública,

- a) a subconcessão é juridicamente possível, situação que dispensa a realização de concorrência para a sua outorga.
- b) a concessionária não poderá contratar terceiros para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido.
- c) Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações e por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

d) a concessão poderá ser feita a pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para o seu desempenho e a obra deverá ser realizada por conta e risco da concessionária.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Mateus Pontalti

92. e acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa incorreta:

a) Constitui fato gerador do ICMS o deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte

b) Não incide o ICMS sobre o fornecimento de água tratada por concessionária de serviço público

c) O fornecimento de mercadorias com simultânea prestação de serviços em bares, restaurantes e estabelecimentos similares constitui fato gerador do ICMS a incidir sobre o valor total da operação.

d) O ICMS não incide no serviço dos provedores de acesso à Internet.

93. Assinale a alternativa incorreta:

a) Cabe à Lei Complementar dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

b) Como regra geral, cabe à lei ordinária instituir tributos, ressalvadas apenas as hipóteses em que a Constituição determinou expressamente à lei complementar essa incumbência.

c) A Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.

d) A lei ordinária pode definir tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados.

94. Sobre o IPI, assinale a alternativa incorreta.

a) O IPI deve ser seletivo, ou seja, a alíquota deve variar de acordo com a base de cálculo da operação.

b) O IPI deve ser não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores.

c) É constitucional a cobrança do imposto de produtos industrializados na importação de veículo automotor por pessoa natural que o faça para uso próprio.

d) A Constituição estabelece hipótese de imunidade do IPI com relação aos produtos destinados ao exterior.

95. Sobre imunidades tributárias, assinale a alternativa que não está de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

a) Incide o ICMS sobre o serviço de transporte de encomendas realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, tendo em vista a imunidade recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.

b) A imunidade recíproca, prevista no art. 150, VI, a, da Constituição não se estende a empresa privada arrendatária de imóvel público, ainda quando seja ela exploradora de atividade econômica com fins lucrativos.

c) A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito, mas não na de simples contribuinte de fato, sendo irrelevante para a verificação da existência do beneplácito constitucional a repercussão econômica do tributo envolvido.

d) A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.

96. A respeito das causas de suspensão de crédito tributário, assinale a alternativa correta:

a) Segundo o Código Tributário Nacional, a transação suspende a exigibilidade do crédito tributário.

b) A interposição da exceção de pré-executividade, por si só, suspende a exigibilidade do crédito tributário.

c) A reclamação e o recurso administrativo possibilitam a suspensão do crédito tributário. E, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é constitucional a exigência de depósito prévio de bens para admissibilidade de recurso administrativo.

d) A adesão a parcelamento interrompe o prazo prescricional.

97. Sobre legislação tributária, assinale a alternativa correta:

a) A expressão "legislação tributária" compreende apenas as leis, os tratados e as convenções internacionais, bem como as demais fontes primárias.

b) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros. Os fatos geradores pendentes são regulados pela lei pretérita, se mais benéfica ao sujeito passivo.

c) A lei interpretativa pode retroagir quando for interpretativa, desde que mais benéfica ao sujeito passivo.

d) A lei aplica-se a ato pretérito quando deixe de defini-lo como infração, desde que ele não tenha sido definitivamente julgado.

d) Imperialistas.

99. "O professor Samuel Paty, um pai de família de 47 anos, pagou com a vida a iniciativa de mostrar caricaturas do profeta Maomé em uma aula sobre a liberdade de expressão. Pouco depois de deixar a escola onde trabalhava na pequena cidade de Conflans-Saint-Honorine, por volta das 17h desta sexta-feira (16), o educador foi decapitado por um terrorista, um jovem de 18 anos de origem chechena que ficou indignado com a atitude da vítima em sala de aula."

Disponível em: <https://tinyurl.com/yxqg9emy>. Acesso em 13.11.2020

Sobre esse assunto e seus múltiplos aspectos relacionados, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O ataque foi reivindicado pelo Estado Islâmico, grupo extremista muçulmano que realizou o atentado terrorista à sede do jornal "Charlie Hebdo", em 2015.

b) Após a decapitação de Samuel Paty, alguns dias depois, um novo ataque extremista foi realizado em Nice e deixou três vítimas, incluindo uma brasileira.

c) Em nome da França, o presidente Emmanuel Macron, declarou que manterá a defesa dos cartuns, porque o Estado laico é base da sociedade francesa, o que mobilizou grandes manifestações contrárias em vários países islâmicos.

d) O terrorismo religioso islâmico é realizado com o objetivo de atingir variadas metas políticas e/ou religiosas, e provêm de interpretações radicais de suas leis e livros sagrados, como o Alcorão.

100. No mês de outubro, o plenário do Senado aprovou a primeira indicação de Jair Bolsonaro a mais alta instância do poder judiciário brasileiro, o Supremo Tribunal Federal (STF). Ele assumirá a vaga deixada por Celso de Mello, que se aposentou após 31 anos no cargo.

O novo ministro indicado por Jair Bolsonaro foi:

a) Onyx Lorenzoni.

b) André Mendonça.

c) Kassio Marques.

d) Jorge Olivei

CONHECIMENTOS GERAIS

Leandro Signori

98. "A tensão voltou ao Cáucaso no domingo (27) após novos confrontos entre forças da Armênia e do Azerbaijão na região fronteiriça de Nagorno-Karabakh.

Com a escalada militar, os dois países declararam lei marcial — ou seja, ambos os governos preparam as populações para uma possível guerra. No balanço feito nesta segunda-feira (28), estima-se que mais de 50 pessoas tenham morrido, incluindo sete civis."

Disponível em: <https://glo.bo/2Ifd0Bz>. Acesso em 13/11/2020.

A origem do conflito entre Armênia e Azerbaijão está relacionada a questões

a) Neocolonialistas.

b) Econômicas.

c) Étnicas.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJMA-Cartórios-22-11>

Conheça nossa assinatura

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>



Conheça nossos cursos

[Cursos para Cartórios](#)